

RR 9891800-65.2004.5.09.0014 – 5ª Turma – Publicação: DEJT 18/06/2010

**RECURSO DE REVISTA. EMPRESA DE BANCO DE DADOS. OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE ANTECEDENTES CRIMINAIS, TRABALHISTAS E CREDITÍCIAS RELATIVAS A EMPREGADOS OU CANDIDATOS A EMPREGO. DANO MORAL COLETIVO.**

I - Trata-se de discussão que envolve o direito de informação do empregador, diante da contratação pela empresa de serviços Ininvestig, que vendia informações acerca de antecedentes criminais, trabalhistas e creditícias de candidatos a vagas de emprego, *versus*, o direito à intimidade.

II - O constituinte de 1988 ao estabelecer um capítulo na Carta Magna, dedicado exclusivamente aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, em nenhum momento conferiu a qualquer deles um caráter absoluto. E, não tendo conferido nenhuma hierarquia entre os direitos fundamentais, a solução a ser utilizada é a ponderação de interesses.

III - Observa-se, pois, que a pesquisa de antecedentes criminais, trabalhistas e creditícias relativa a empregados ou candidatos a emprego revela-se discriminatória, configurando-se como verdadeiro abuso de poder e violação da intimidade das pessoas, tendo em vista a constatação de que a obtenção das informações era realizada a revelia dos candidatos.

IV - A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais consagrou a tese de que, em se tratando de danos morais, e não materiais, a única prova que deve ser produzida é a do ato ilícito, se presentes os pressupostos legais para a caracterização da responsabilidade civil, quais sejam, a culpa e o nexo de causalidade, porquanto tal dano constitui, essencialmente, ofensa à dignidade humana (art. 1º, inciso III, da Constituição da República), sendo desnecessária a comprovação do resultado, porquanto o prejuízo é mero agravante do lesionamento íntimo.

IV - Diante disso, tem-se que o ato da reclamada, ao contratar uma empresa para investigar os antecedentes criminais, trabalhistas e creditícias, viola o artigo 5º, X, da Constituição Federal.

Recurso de revista conhecido e provido.

RR 80100-07.2008.5.03.0113 – Publicação: DEJT 14.12.2012

Relator: Min. Augusto César Leite de Carvalho

Recorrente: SANTA RITA TRANSPORTES URBANOS E RODOVIÁRIOS LTDA. - SARITUR

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

**DECISÃO:** , por unanimidade: I) dar provimento ao agravo de instrumento para, destrancando o recurso, determinar que seja submetido a julgamento na primeira sessão subsequente à publicação da certidão de julgamento do presente agravo, reatuando-o como recurso de revista, observando-se daí em diante o procedimento relativo a este; II) conhecer do recurso de revista, apenas quanto ao tema "PROVA DE DANO MORAL COLETIVO", por divergência jurisprudencial, e, no mérito, negar-lhe provimento.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL COLETIVO.** Restou demonstrada divergência jurisprudencial nos termos exigidos no artigo 896, alínea a, da CLT. Agravo de instrumento provido para determinar o processamento do recurso de revista.

**RECURSO DE REVISTA. TEMPESTIVIDADE. RECURSO ORDINÁRIO DO MPT.** Certidões que não retratam o recebimento dos autos pelo MPT são atos processuais que não produzem efeitos, uma vez que a intimação pessoal do *Parquet* é ato processual regido por norma de ordem pública (art. 236, § 2º, do CPC). Inaplicáveis à hipótese os arts. 794 e 795 da CLT. Recurso de revista não conhecido.

**JULGAMENTO EXTRA PETITA. TUTELA ANTECIPADA.** O cabimento do recurso de revista, no particular, está limitado à demonstração de interpretação divergente acerca da aplicação conjunta das normas dos artigos 273 do CPC e 878 da CLT, ônus do qual a recorrente não se desvencilhou uma vez que não colacionou arestos para o cotejo de teses. Recurso de revista não conhecido.

**DANO MORAL COLETIVO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO.** Não há como se vislumbrar contrariedade à Súmula 422 do TST na decisão regional, na medida em que a Corte Regional consignou que houve impugnação aos fundamentos da sentença. Recurso de revista não conhecido.

**PROVA DE DANO MORAL COLETIVO.** O Tribunal Regional afirmou que a conduta ilícita da empregadora mostrou desrespeito à saúde, higiene e segurança do trabalhador, em afronta ao art. 7º, XXII, da CF/88, atingindo ainda os princípios da dignidade da pessoa humana e do valor do trabalho. Inegável, portanto, a prática de condutas socialmente repulsivas, independentemente das lesões que também pudessem se revelar no plano individual. Recurso de revista conhecido e não provido.